

# PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE CULTURA, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 363, DE 2025

## PROJETO DE LEI Nº 363, DE 2025

Altera a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

**Autor:** Deputado **JOSÉ GUIMARÃES**

**Relatora:** Deputada **JANDIRA FEGHALI**

## I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 363, de 2025, de autoria do Deputado José Guimarães, propõe alterações em dispositivos da Lei nº 14.399, de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. As alterações introduzem novas exigências para o planejamento, repasse, execução e rateio dos recursos federais destinados aos entes federativos.

O parágrafo único do artigo 3º é alterado para permitir que o Plano de Aplicação dos Recursos (PAAR), anteriormente de caráter exclusivamente anual, possa ser também plurianual. Esse plano deve ser elaborado com a participação da sociedade civil, preferencialmente por meio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.

O artigo 6º é reformulado para estabelecer que, a partir de 2023, a União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o valor total de R\$ 15 bilhões. A programação orçamentária anual será de até R\$ 3 bilhões, considerando o saldo remanescente nas contas específicas dos entes federativos. Além disso, os entes deverão apresentar plano de ação conforme regulamento e comprovar a destinação de recursos orçamentários próprios para a cultura, conforme ato do Poder Executivo federal. Até 2026, na



ausência de fundos de cultura aptos a receber os recursos, o repasse será direcionado para estrutura definida pela autoridade competente de cada ente federativo. A partir de 2027, somente os entes que dispuserem de fundo de cultura, conforme regulamento, poderão receber os recursos.

O artigo 8º é ajustado para detalhar os critérios de rateio dos recursos entre os entes federativos. Para os repasses realizados a partir de 2025, o cálculo considerará o quociente de participação no respectivo Fundo de Participação e a proporção populacional existente ao final do exercício de 2024. Além disso, os recursos da União que não forem destinados aos entes federativos devido ao não cumprimento de procedimentos e prazos serão redistribuídos pela União aos demais entes, observando os mesmos critérios de partilha estabelecidos.

O artigo 16 é modificado para atribuir à autoridade federal responsável pelo setor da cultura a competência de estabelecer as diretrizes para a aplicação dos recursos oriundos desta Lei, conforme o disposto no artigo 18 da Lei nº 14.719, de 2023.

O projeto revoga o § 1º do artigo 14 da Lei nº 14.399, de 2022. Esse parágrafo estabelecia que, na ausência de fundos de cultura estaduais e municipais aptos a receber os recursos federais, o repasse seria direcionado para estrutura definida pela autoridade competente de cada ente federativo recebedor.

Pela proposição, o repasse dos recursos por parte da União aos entes federativos ocorrerá levando em consideração a diretriz do saldo total remanescente nas contas específicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Justificação também explica: *“Visando a melhoria da gestão orçamentária e financeira da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e a minimização do empoçamento de recursos federais com os entes federativos, propõe-se condicionar a liberação de recursos à efetiva execução das ações previstas. Quando da elaboração da proposta orçamentária anual serão observados os saldos existentes nos entes federativos, em corte temporal a ser definido em regulamento específico, e somente aqueles que tiverem cumprido percentual mínimo de execução, terão os recursos liberados”*.



A matéria foi despachada às Comissões de Cultura; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Foi aprovado o Requerimento de Urgência nº 1.516, de 2025, de autoria do Deputado José Guimarães e outros, com a consequente alteração do regime de tramitação desta proposição, que passa a estar sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

## II – VOTO DA RELATORA

### II.1.MÉRITO

O Projeto de Lei nº 363, de 2025, do Deputado José Guimarães, altera a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, para, nos termos da justificação do Autor, *“cumprir com as determinações estipuladas pela área econômica do governo, de forma a garantir maior previsibilidade dos compromissos financeiros e orçamentários das contas públicas, em observância aos preceitos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do planejamento de programação orçamentária da União neste e nos próximos exercícios”*.

A iniciativa da proposição tem méritos, dada a relevância da lei em questão e a possibilidade de descentralização de recursos federais para os entes federativos subnacionais, de modo a que os produtores de cultura que se encontram na “ponta” da cadeia criativa do setor possam efetivamente receber recursos públicos em favor de uma política cultural democrática, de amplo acesso à população, em todas as cidades do país.

No entanto, a proposição necessita de ajustes, para que a política cultural em questão seja efetivamente garantida: no art. 6º da Lei 14.399/2022, em que se estabelece que a programação orçamentária será de



“15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais)”, propomos que, finda a execução de tais recursos, a Política Nacional Aldir Blanc será financiada com recursos inscritos em cada lei orçamentária anual. Entendemos que a alteração se justifica, para que haja previsão de continuidade de uma política essencial para a cultura brasileira.

O § 4º do art. 6º, conforme proposto, mantém a exigência já prevista no texto original da Lei nº 14.399, de 2022, de que Estados, Distrito Federal e Municípios devem comprovar a destinação de recursos orçamentários próprios à cultura como condição para o recebimento dos repasses federais. A inovação consiste em incorporar diretamente à lei a exigência de execução mínima de 60% dos recursos anteriormente repassados pela União — percentual que já consta no Decreto nº 11.740, de 2023, que regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc. Ao incluir esse critério na própria lei, busca-se solidificar e dar maior segurança jurídica a esse parâmetro, transformando o que antes era apenas norma infralegal em determinação legal. Essa medida visa aumentar a eficiência na aplicação dos recursos, garantir maior previsibilidade no fluxo de repasses e fortalecer a governança federativa e o controle social, promovendo políticas culturais mais contínuas, transparentes e bem estruturadas em todo o país.

Além disso, destaca-se que a Medida Provisória nº 1.280, de 2024, que trata da prorrogação dos benefícios fiscais para o setor audiovisual no Brasil e que terá o prazo vigência expirado no dia 2 de maio de 2025, situa-se no mesmo campo temático deste projeto, qual seja, o de incentivo à cultura no país. Dessa forma, em observância ao princípio da economia processual, optamos por incorporar seu conteúdo ao Substitutivo que propomos no âmbito da Comissão de Cultura.

O objetivo central da referida medida provisória é prorrogar, até 31 de dezembro de 2029, a vigência de importantes mecanismos de fomento ao setor audiovisual — o Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINES) e os incentivos previstos nos artigos 1º e 1º-A da Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685, de 1993). Além disso, a medida atualiza os valores de aporte de parte



desses mecanismos, corrigindo uma defasagem histórica que compromete a competitividade do setor.

Essa iniciativa é de extrema relevância para a manutenção e o fortalecimento da política pública de apoio à cultura nacional. O setor audiovisual, apesar de sua importância cultural e econômica, ainda não atingiu a autossustentabilidade financeira. Dessa forma, os mecanismos de fomento representam instrumentos fundamentais para garantir sua continuidade e crescimento.

O RECINE, por exemplo, viabiliza a desoneração de tributos federais na aquisição de equipamentos e materiais para a construção e modernização de salas de cinema, o que é vital para democratizar o acesso à cultura e reduzir desigualdades regionais. A manutenção desse regime justifica-se, especialmente, pelo forte impacto que a pandemia de COVID-19 teve sobre o setor de exibição cinematográfica, cuja recuperação ainda está em curso.

Já os FUNCINES são fundos de investimento que buscam financiar projetos de produção, distribuição e exibição de obras audiovisuais brasileiras independentes, além de projetos de reforma e construção de salas de exibição, de infraestrutura e de aquisição de ações de empresas da cadeia do audiovisual. Isso demonstra a abrangência e a flexibilidade desses fundos, que não se limitam à produção de conteúdo, mas também incentivam a melhoria da cadeia produtiva, tornando o setor audiovisual mais robusto e competitivo. O modelo dos FUNCINES destaca-se por sua capacidade de conectar o mercado financeiro com o setor audiovisual, criando uma forma de investimento que vai além do financiamento de projetos individuais, como ocorre em outros mecanismos de fomento. Ao permitir que os investidores adquiram cotas dos fundos, o processo de investimento no setor torna-se mais acessível e menos arriscado, tendo em vista a gestão coletiva de investimentos e a diversificação do portfólio.

Os artigos 1º e 1º-A da Lei do Audiovisual, por sua vez, são mecanismos que mobilizam investimentos privados por meio do abatimento do Imposto de Renda. Desde 2006, essa sistemática já proporcionou a captação de cerca de R\$ 1,2 bilhão para a produção de obras audiovisuais nacionais. No



entanto, os limites de captação estabelecidos em 2006 encontram-se desatualizados e defasados frente à inflação acumulada e à evolução tecnológica do setor. A atualização desses valores é essencial para ampliar o espectro de projetos contemplados, aumentar a diversidade de produções e atrair coproduções internacionais.

A proposta ainda contempla os artigos 3º e 3º-A da mesma lei, que, embora não tenham prazo de vigência, também terão seus limites de captação ajustados. Isso permitirá que empresas com atuação internacional contribuam mais significativamente para o financiamento do audiovisual brasileiro.

A importância desses incentivos transcende a esfera econômica. Trata-se de uma política que contribui diretamente para a promoção da diversidade cultural, da identidade nacional e da economia criativa. Ao viabilizar a produção de obras independentes, muitas vezes distantes dos grandes centros, o fomento público garante representatividade, inclusão e pluralidade no conteúdo audiovisual brasileiro.

Dessa forma, tanto a prorrogação dos incentivos como a atualização dos limites não apenas assegurarão a continuidade de uma política pública essencial para o setor audiovisual, como também promoverão a modernização e ampliação dos mecanismos de fomento, adequando-os à realidade atual.

## **II.2. DA COMPATIBILIDADE E DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, "h", e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a



Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível "a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor" e como adequada "a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual".

Observa-se que o projeto de lei em questão não implica aumento das despesas nem redução das receitas da União. A limitação dos repasses previstos pela Política Nacional Aldir Blanc a um teto de R\$ 3 bilhões por ano confere maior previsibilidade ao planejamento de gastos federais e pode contribuir positivamente para o cumprimento da meta de resultado primário e do teto de gastos. Isso deve-se ao fato de que o valor efetivamente desembolsado pode ser inferior ao limite de R\$ 3 bilhões autorizado nas leis orçamentárias de 2023 e 2024 e previsto para 2025, já que serão levados em conta os saldos ainda disponíveis nos fundos culturais dos entes federativos. Caso os valores executados fiquem abaixo desse teto, poderá haver espaço fiscal para a realização de outras despesas dentro do limite de gasto estabelecido para o Poder Executivo, conforme previsto na Lei Complementar nº 200, de 2023.

Com relação ao conteúdo incorporado da Medida Provisória nº 1.280, de 2024, o Poder Executivo informou que a medida em tela ocasiona renúncia de receitas tributárias no valor de R\$ 300 milhões para o ano de 2025 (início da vigência) e, para os dois exercícios seguintes, 2026 e 2027, respectivamente, R\$ 802,87 milhões e R\$ 848,76 milhões. Cabe esclarecer que a redução de receita relacionada ao RECINE, financiamento da indústria cinematográfica nacional (FUNCINE) e atividades do audiovisual (Leis 12.599, de 2012, MP 2.228-1, de 2001, e Lei 8.685, de 1993) foi aprovada na Lei Orçamentária Anual de 2025.

Em face do exposto, concluímos pela não implicação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 363, de 2025, e pela



compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Cultura.

### II.3. PRESSUPOSTO DE CONSTITUCIONALIDADE

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 363, de 2025, e do Substitutivo da Comissão de Cultura.

As proposições atendem aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos arts. 24, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No que concerne à constitucionalidade material, também há harmonia entre as propostas com as disposições da Lei Maior.

Com relação à juridicidade, as proposições revelam-se adequadas. Os meios escolhidos são apropriados para atingir o objetivo pretendido. Os conteúdos possuem generalidade e mostram-se harmônicos com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, as proposições se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

### II. 3 CONCLUSÃO DE VOTO

Ante o exposto, na **Comissão de Cultura**, somos **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 363, de 2025, na forma do Substitutivo apresentado.

No âmbito da **Comissão de Finanças e Tributação**, somos **pela não implicação orçamentária e financeira** do Projeto de Lei nº 363, de 2025, e pela **compatibilidade e adequação financeira e orçamentária** do





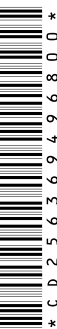
Substitutivo da Comissão de Cultura e, no mérito, **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 363, de 2025, na forma do Substitutivo da Comissão de Cultura.

Na **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**, somos **pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei nº 363, de 2025, e do Substitutivo da Comissão de Cultura.

É o nosso Voto.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2025.

Deputada **JANDIRA FEGHALI**  
Relatora



## COMISSÃO DE CULTURA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 363, DE 2025

Prorroga os benefícios fiscais previstos nos art. 1º e art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - Recine, constante da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018, e altera a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Até o exercício fiscal de 2029, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias investidas na produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas dos direitos de comercialização das referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – Ancine.

.....” (NR)

“Art. 1º-A Até o ano-calendário de 2029, inclusive, as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, poderão ser deduzidas do imposto de renda devido apurado:

.....” (NR)



“Art. 4º .....

§ 2º .....

II - limite do aporte de recursos objeto dos incentivos previstos nos art. 1º e art. 1º-A, somados, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e, para os incentivos previstos nos art. 3º e art. 3º-A, somados, é de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), podendo esses limites ser utilizados concomitantemente;

.....” (NR)

**Art. 2º** A Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 44. Até o período de apuração relativo ao ano-calendário de 2029, inclusive, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Funcines. ....”  
(NR)

**Art. 3º** A Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º O benefício fiscal de que trata o art. 14 da Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, poderá ser utilizado até 31 de dezembro de 2029.

§ 2º Para os anos de 2018 a 2029, o benefício de que trata o *caput* fica limitado aos valores previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais.” (NR)

**Art. 4º** A Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

Parágrafo único. O princípio estabelecido no inciso V do *caput* deve ser implementado por meio de Plano de Aplicação dos Recursos (PAAR), de caráter anual ou plurianual, ouvida a



sociedade civil, preferencialmente, por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.” (NR)

“Art. 6º A partir de 2023, a União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o valor de R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais) constituindo-se como diretriz o saldo nas contas específicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na data de aferição dos recursos, na forma do regulamento.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão à União plano de ação na forma estabelecida em regulamento. ....

§ 4º Para receber os recursos de que trata este artigo, anualmente, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a destinação, para a cultura, de recursos orçamentários próprios e a execução de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos repassados anteriormente pela União.

§ 5º A cada ano, a programação orçamentária será de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), constituindo-se como diretriz o saldo total remanescente nas contas específicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 6º A execução de que trata o caput, ao longo dos exercícios financeiros, assegurará o repasse do valor integral devido aos entes federativos, nos termos do disposto no art. 8º, conforme regulamento e tendo como referência os recursos anteriormente recebidos pelo ente.

§ 7º Até 2026, no caso de inexistência de fundos de cultura estaduais, distritais e municipais aptos a receber os recursos federais de que trata esta Lei, o repasse será direcionado para estrutura definida pela autoridade competente de cada ente federativo receptor.

§ 8º A partir de 2027, somente receberão os recursos previstos nesta Lei os entes federativos que dispuserem de fundo de cultura, conforme regulamento.

§ 9º Esgotado o valor estabelecido no caput, a Política de que trata essa lei terá sua execução continuada, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras. (NR)

“Art. 8º .....  
.....

II - 50% (cinquenta por cento) aos Municípios e ao Distrito Federal, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios



(FPM) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população.

§ 1º Para os repasses realizados a partir de 2025, o cálculo a que se referem os incisos do caput será realizado considerando o quociente de participação no respectivo Fundo de Participação e a proporção populacional existente ao final do exercício de 2024.

§ 2º Eventuais recursos da União referentes às ações previstas nesta Lei que não forem destinados aos demais entes federativos em razão do não cumprimento de procedimentos e de prazos exigidos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios serão imediatamente redistribuídos pela União aos demais entes federativos, observados os mesmos critérios de partilha estabelecidos no caput e os prazos e as condições estabelecidos em regulamento.

.....” (NR)

“Art. 16. O Regulamento estabelecerá as diretrizes para a aplicação dos recursos oriundos desta Lei, conforme o disposto no art. 18 da Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.” (NR)

“Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

**Art. 5º** Para o ano de 2025, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º desta Lei terão o seu custo fiscal de gasto tributário fixado no valor máximo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

**Art. 6º** A Agência Nacional do Cinema – Ancine poderá estabelecer metas e objetivos dos benefícios fiscais de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º desta Lei e fixar indicadores para acompanhamento, observada a publicidade de suas avaliações.

**Art. 7º** A concessão dos benefícios fiscais de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º desta Lei deverá ser monitorada, de modo a adequá-la aos montantes previstos nos orçamentos em vigor.

**Art. 8º** Ficam revogados:



I – o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

II – a Medida Provisória nº 1.280, de 24 de dezembro de 2024.

**Art. 9º** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.274, de 22 de novembro de 2024.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2025.

Deputada **JANDIRA FEGHALI**  
Relatora

